

Representações da imigrante brasileira em Portugal: intersecção entre raça, gênero e língua

Amanda Arantes Pereira¹

Allice Toledo²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar discursivamente as representações de imigrantes brasileiras em Portugal e o modo como elas fazem uso de sua língua materna. Estudos sobre o estereótipo da mulher brasileira em Portugal evidenciam um processo de racialização, sexualização e exotização que levam à visão de “corpo colonial” (Gomes, 2013; 2018). Além disso, historicamente, o português brasileiro tem sido comparado com o português europeu, e essa comparação tem sido pautada nos parâmetros do “bom” e “mau” português, em que prevalece a estigmatização da língua brasileira (Toledo, 2020). Assim, a partir do método arqueogenalógico proposto por Michel Foucault (2020; 2014), buscamos investigar nos enunciados selecionados as regularidades enunciativas nas continuidades e descontinuidades históricas que apontam sentidos eufóricos e/ou disfóricos atribuídos àquilo que se define por *mulher brasileira* e por *português brasileiro* em depoimentos de imigrantes brasileiras na internet. Como resultados, encontramos regularidades enunciativas que indicam a permanência de dizeres que estigmatizam tanto o *português brasileiro* quanto a concepção *mulher brasileira*, atrelados a um imaginário colonial que intersecta raça, gênero e língua. Nesse viés, a mestiçagem torna-se ponto central dos discursos: ao mesmo tempo que é considerada uma degeneração do povo brasileiro, impondo à mulher brasileira a construção de “corpo colonial” e sexualmente disponível, também se entrelaça à concepção sobre o português brasileiro que, por decorrer da mistura entre as línguas portuguesa, indígenas e africanas, é associado à incorreção e à impureza.

Palavras-chave: Mulher brasileira. Português brasileiro. Raça. Gênero. Língua

Data de submissão: outubro. 2024 – Data de aceite: junho. 2025

<http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v22i1.16425>

¹ Licenciada em Letras: Português pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É integrante do Grupo de Estudos de Teorias do Discurso (GETED) da FL/UFG. <https://orcid.org/0009-0000-8619-9919> E-mail: amandaarantesp@gmail.com

² Docente da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2018), com período de doutoramento sanduíche realizado na Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 (2015-2016). Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Goiás (2014). Licenciada em Letras: Português pela Universidade Federal de Goiás (2011). <https://orcid.org/0000-0001-6729-6625> E-mail: allicetoledo@ufg.br

Introdução

A emigração brasileira tem crescido cada vez mais e estima-se que em 2022 4,5 milhões de brasileiros residiam no exterior, sendo 32,42% deles apenas na Europa, continente com maior número de imigrantes depois da América do Norte, segundo documento do Ministério das Relações Exteriores (Brasil, 2023). Na Europa, o principal destino dos brasileiros é Portugal, que ocupa a segunda maior comunidade brasileira por país/território do mundo. Atrelado a este cenário, há um crescimento das migrações autônomas de mulheres brasileiras para a Europa e, mais especificamente, para Portugal (Padilla, 2007).

Nesse contexto de crescente migração, é pertinente refletir sobre a posição ocupada pela mulher imigrante: trata-se de uma mulher com língua, cultura, etnia e identidade nacional estabelecidas que, ao decidir construir a vida em outro país, insere-se em uma língua, cultura e modos de organização sociais outros, tendo de ressignificar todos esses sentidos. É justamente por serem “produtos duma sociedade na qual foram socializados” e chegarem “também em uma sociedade onde existem papéis e expectativas em relação ao imigrante” que é implicado a eles estereótipos e representações, e estes variam, evidentemente, de acordo com o gênero (Padilla, 2007, p. 113). Essas relações tornam-se ainda mais complexas quando consideramos a migração de uma mulher de um país ex-colônia para um país ex-metrópole, como é o caso das mulheres brasileiras que optam por viver em Portugal.

As vivências de imigrantes brasileiras em Portugal atravessam o passado histórico da relação colonial entre Portugal e Brasil e, a partir dele, suscitam discursos que se ressignificam nas dispersões da história (Foucault, 2020) acerca das categorias *mulher brasileira* e *português brasileiro*. O estereótipo da *mulher brasileira* em Portugal tem perpassado um processo de racialização, exotização e sexualização (Assis; Siqueira, 2021), de modo a perpetuar a visão de um “corpo colonial, hipersexualizado e disponível” (Gomes, 2018) em discursos comerciais e de marketing (Assumpção; Ernst; Martins, 2016), midiáticos (Pontes, 2004) e até mesmo institucionais (Gomes, 2018). Além disso, os enunciados que refletem a estigmatização do português brasileiro e o prestígio do português lusitano evidenciam uma continuidade na história de dizeres sobre o português falado/escrito no Brasil pautados numa comparação baseada em parâmetros do “bom” e do “mau” português desde o século XIX (Toledo, 2020). Assim, intersectam-se concepções de gênero, raça, língua e história nos enunciados que se propõem a dizer sobre imigrantes brasileiras nas suas diferentes modalidades discursivas.

Diante desses pressupostos, este trabalho tem o objetivo de analisar discursivamente as representações daquilo que se define como *mulher brasileira* em

Portugal, bem como o modo como as imigrantes brasileiras fazem uso de sua língua materna no país que migraram a partir de depoimentos anônimos publicados no perfil “Brasileiras não se calam” na rede social *Instagram*, espaço dedicado a mulheres que sofreram discriminação em um país estrangeiro, seja de gênero, de origem, de classe, racial ou linguístico. No perfil em questão, é expressiva a quantidade de depoimentos de imigrantes que habitam Portugal, tanto no que se refere aos preconceitos vivenciados relacionados ao gênero quanto ao uso de sua língua e à sua origem, fator que já aponta a relevância desta temática. Para esse intuito, nos propomos a analisar 40 depoimentos publicados entre fevereiro de 2021 e junho de 2023³. Destes, 28 compõem relatos relacionados à discriminação linguística, enquanto os outros 12 voltam-se para depoimentos de discriminação de gênero e de raça/origem.

Embora possamos encarar como naturais conceitos e noções que expressam saberes sobre objetos do mundo, estes, na realidade, são sempre determinados por regras que possibilitam o seu surgimento e são imbuídos em relações de poder que revelam lugares sociais reconhecidos institucionalmente. Sendo assim, os saberes sobre a *mulher brasileira* e sobre o *português brasileiro* não devem ser apreendidos como verdades incontestáveis e absolutas, mas como acontecimentos que revelam, em sua descontinuidade, as condições sócio-históricas que permitem sua aparição e cristalização, imprimindo imaginários a partir de uma memória discursiva coletiva.

Nesse sentido, a partir do método arqueogenalógico proposto por Michel Foucault (2020; 2014), pretendemos investigar nos enunciados selecionados as regularidades enunciativas nas continuidades e descontinuidades históricas que apontam sentidos eufóricos e/ou disfóricos atribuídos não apenas ao português brasileiro e seus falantes, mas também à representação que se tem da mulher brasileira em Portugal, tendo em vista a categoria *mulher brasileira* enquanto “uma construção social, discursiva, performática, imersa em relações de poder históricas” (Gomes, 2013, p. 868). Por fim, propomos observar como os preconceitos linguístico e de gênero perpassam também a discriminação de raça e de origem, recuperando um imaginário colonial.

Para tanto, estruturamos este artigo em três seções principais. Na primeira seção, traçamos um percurso histórico das visões sobre a figura da mulher, destacando a relação entre gênero e colonialidade para compreender as representações da *mulher brasileira* no contexto de migrações. Na segunda seção, retomamos a história da formação do português brasileiro como ponto de partida para discutir como a língua falada/escrita no Brasil tem sido recorrentemente estigmatizada quando comparada ao português europeu. Na terceira seção, apresentamos o resultado de pesquisa e discutimos as representações da imigrante

³ Escolhemos direcionar nossa investigação para discursos que circulam especificamente em Portugal ou que, ainda que relatados por brasileiras que vivem em outro país europeu, remetem à relação Brasil e Portugal.

brasileira em Portugal e de sua língua materna, considerando a intersecção entre raça, gênero e língua.

1 Representações da *mulher brasileira*: gênero e colonialidade em relação

Ao longo da história da sociedade ocidental, sobretudo a partir do final da Idade Média, mulheres têm sido representadas a partir de uma cosmovisão cristã. Tal concepção de mundo se baseia numa dicotomização maniqueísta, por exemplo, entre o bem (deus) e o mal (diabo). Essa dicotomização se expande para a imagem da mulher num processo de diabolização, na figura de Eva, que contrasta com uma visão de pureza, na figura da Virgem Maria (Vasconcelos, 2005). Sendo assim, a mitologia cristã impõe um discurso sobre a mulher como aquela que é pecadora e sedutora, responsável pela desvirtuação do homem (representado por Adão). As dinâmicas de poder do homem sobre a mulher partem da ideia de que ele é detentor da razão, enquanto a ela cabe o desejo que deve, portanto, ser dominado.

No século XII, a imagem da Virgem Maria ganha força, representando a pureza em excelência — Maria é tão pura que procria sem o pecado da relação carnal (Vasconcelos, 2005). Assim, a mulher é representada como aquela que ocupa o papel de procriação, no entanto sem a presença do desejo desvirtuante, que passa a existir com a transgressão de Eva: a mulher deve procriar sem manifestar prazer sexual.

Entre os séculos XVI e XVII, em especial em meio aos movimentos da Reforma e Contrarreforma da igreja, passa a haver uma defesa ao incentivo de educar as mulheres. A valorização da maternidade, em que a mulher exerce papel essencial para o desenvolvimento das crianças, passa a se intensificar ao longo do século XVIII. Antes disso, a visão que paira sobre a mulher é a de procriadora, mas não necessariamente de educadora. O pensamento cartesiano e iluminista torna possível a emergência de uma ressignificação sobre a mulher: esta não é inferior ao homem, mas um complemento dele, devendo assumir seus papéis naturais de mãe e esposa, cuidando da casa, do marido e dos filhos (Vasconcelos, 2005). Assim, a vida pública é papel natural do homem, enquanto o núcleo familiar é papel natural da mulher. Dessa maneira, a imagem da mãe e esposa abre à mulher o lugar de “Maria”, em oposição à “Eva”. A partir dessas concepções, as mulheres que desviam desse ideal “biologicamente naturalizado” de “esposa-mãe-dona-de-casa-assexuada” são associadas à imagem da prostituta, que é o “anti-modelo da mulher mãe”, ressignificando as dicotomias Eva/Maria (Vasconcelos, 2005, p. 9).

Essa lógica dicotômica categorial e hierárquica é levada pelos colonizadores europeus aos povos colonizados, sendo uma característica intrínseca do pensamento colonial sobre raça e gênero. Nesse viés, a distinção dicotômica entre humano e não

humano foi imposta sobre os povos colonizados durante a colonização, tornando-se a marca da civilização: estes foram considerados animais “incontrolavelmente sexuais e selvagens” (Lugones, 2014, p. 936), o que “justificou” todos os horrores, violências e genocídios cometidos contra os povos originários e africanos escravizados. O cristianismo exercido pela Igreja Católica foi um dos maiores instrumentos da “missão civilizatória” responsável por transformar as almas pecaminosas e adulteradas dos povos “bárbaros” com a catequização.

A animalização da mulher colonizada, por sua vez, perpassa a dicotomia Eva/Maria: as mulheres colonizadas, transmutadas em fêmeas, são consideradas impuras, eróticas e disponíveis às violações e aos abusos do colonizador europeu, sempre em oposição às mulheres europeias, que passam a ser vistas como símbolo de pureza e castidade quando em comparação. Assim, “a confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina como maligna, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuradas em relação à Satanás, às vezes como possuídas por Satanás” (Lugones, 2014, p. 938).

Diante disso, conforme afirma María Lugones:

[...] Ver a colonialidade é ver a poderosa redução de seres humanos a animais, a inferiores por natureza, em uma compreensão esquizoide de realidade que dicotomiza humano de natureza, humano de não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana (Lugones, 2014, p. 946).

Desse modo, a colonialidade é o resultado do colonialismo, isto é, é a perpetuação do período de colonização na modernidade a partir da classificação hierárquica dos povos em raças e da configuração racializada do trabalho, sendo a dicotomia “humano x não-humano” central do sistema moderno colonial. Ao relacionar colonialidade e gênero, é possível perceber que os discursos que se propõem a dizer sobre mulheres de países ex-colônias, especialmente as brasileiras, objeto de nossa investigação, são atravessados por uma imagem de hipersexualização que remonta ao discurso de “corpo colonial” que circulava no período de colonização (Gomes, 2013; 2018). Assim, as perspectivas de racialização do gênero e de gênero e colonialismo lançam olhar sobre a estigmatização da sexualidade das mulheres indígenas e negras desde o período colonial brasileiro: há uma construção histórica de um “corpo colonial” visto como disponível aos colonizadores.

Essas relações de poder se complexificam com o processo de migração, sobretudo quando a imigrante parte do seu país de origem ex-colônia com destino a um país ex-metrópole, como é o caso das imigrantes brasileiras em Portugal. Como reforça Padilla (2008, p. 5), a subalternização da brasileira imigrante é duplicada: tanto por ser imigrante

quanto por ser mulher e, acrescentamos, por ser mulher *brasileira*, uma vez que a origem é fator que suscita discursos envolvendo imaginários e estereótipos sobre essa mulher e, também, sobre a língua que utiliza para se comunicar.

Essa subalternidade é intrínseca ao sistema moderno colonial capitalista a partir da racialização do trabalho e do gênero (Lugones, 2014). Conforme Padilla (2007), o perfil da imigração brasileira para Portugal é marcado pela classe média-baixa no país de origem e uma baixa colocação no mercado de trabalho português. No caso da imigração feminina, há uma particularidade: são reservados exclusivamente às brasileiras o serviço doméstico e a prostituição, sendo os setores de limpeza em casas particulares, restaurantes e hotelaria, o cuidado de pessoas idosas e doentes ou crianças e o comércio de sexo as áreas de maior atuação de brasileiras em Portugal (Padilla, 2007, p. 118), o que evidencia que existe uma segregação sexual e étnico-racial do mercado de trabalho (Gomes, 2018).

Os estudos sobre a experiência da imigrante brasileira em território português evidenciam discriminação de origem e de gênero, envolvendo discursos de hipersexualização, exotização e racialização (Padilla, 2007; 2008; Piscitelli, 2008; Gomes, 2013; 2018; Assis; Siqueira, 2021), em que brasileiras são recorrentemente categorizadas como prostitutas e acusadas de roubar os maridos das mulheres portuguesas. Tais discursos indicam que há uma continuidade histórica de dizeres que erotizam a mulher e a tomam como sexualmente disponível, tendo como cerne a construção de “corpo colonial” associado à imigrante brasileira (Gomes, 2013; 2018).

Além disso, os discursos de turismo, em particular no Brasil, também projetaram essa imagem de mulher brasileira. Entre 1970 e 1990, a imagem da mulher brasileira foi construída como atração turística de forma institucionalizada por meio do marketing feito pela então Empresa Brasileira de Turismo. As publicidades retratavam mulheres seminuas em praias ou paisagens naturais ou em eventos culturais, como o carnaval, relacionando a *mulher brasileira* ao erótico e ao exótico, situação que vem a se modificar a partir da década de 1990 com os movimentos sociais e organizações não governamentais de combate ao turismo sexual no Brasil (Gomes, 2013, p. 876-877).

No âmbito da experiência das imigrantes brasileiras na Europa, Piscitelli (2008, p. 271) trata das agências dessas mulheres, que, diante da intersecção entre nacionalidade, gênero e sexualidade, alternam entre reforçar e rejeitar estereótipos de sexualização e racialização. Sobre esse viés, Gomes (2013) analisa o processo de subjetivação dessas mulheres em Portugal a partir de três formas de resistência: passiva, que envolve a assimilação à portugalidade e a adesão ao discurso dos portugueses sobre a mulher brasileira; afirmativa, que exalta a brasilidade ao criticar estereótipos que para elas é o que provoca a violência; e combativa, que desconstrói o discurso hegemônico por meio de um contradiscurso identitário.

A permanência desses dizeres que reforçam um pensamento colonial sobre a construção *mulher brasileira*, assim como a ruptura a partir de movimentos de resistência ao imaginário hegemônico se corroboram também pelos enunciados analisados neste trabalho, como será discutido posteriormente.

2 O português brasileiro: raça, língua e história

Historicamente, o português brasileiro tem sido comparado com o português europeu e esta comparação tem sido baseada em parâmetros do “bom” e do “mau” português, em que sentidos eufóricos são comumente atribuídos à língua falada/escrita em Portugal e os disfóricos, à língua falada/escrita no Brasil. Estes discursos circularam, especialmente, nas letras brasileiras do século XIX (Toledo, 2020), mas emergem em Portugal no contexto de migrações.

Ao buscar compreender por que esses enunciados se repetem, como se ressignificam e voltam a emergir, nos voltamos para a história do Brasil e da formação do português brasileiro. Desse modo, não há como desconsiderar o processo de colonização e o contato etnolinguístico entre portugueses, indígenas e africanos⁴, principal parâmetro histórico para a contextualização das mudanças linguísticas que formaram o português brasileiro (Lucchesi, 2009).

Inicialmente, a língua geral foi usada para efetivar a comunicação entre os portugueses e os povos indígenas, de modo a aculturá-los, pela catequização, e forçá-los ao trabalho na extração do pau-brasil e no cultivo de cana de açúcar. Até o início do século XVIII, as línguas gerais paulista e amazônica predominavam em oposição à pouca presença do português europeu cuja difusão, até então, não era preocupação de Portugal como o foi para outras metrópoles (Leite, 2006). Com o início do tráfico negreiro em 1549, os africanos passaram a ocupar a base da sociedade colonial, assim o uso do português avançou no Nordeste, impulsionado pela economia açucareira em Pernambuco e na Bahia (Lucchesi, 2009).

A agroexportação do açúcar constituiu uma sociedade patriarcal voltada para a figura do senhor de engenho tanto na casa-grande quanto na senzala. A presença da casa-grande foi crucial para a difusão de uma variedade linguística relacionada aos padrões da metrópole, o que possibilitou uma maior aquisição da língua portuguesa pelos escravizados domésticos e, em contrapartida, pela proximidade com os senhores, seus usos linguísticos também influenciaram o português (Lucchesi, 2009). Nesse cenário, o papel da mulher escravizada foi decisivo para a difusão desse português em processo de

⁴ Segundo Lucchesi (2009), o cenário para esse contato linguístico tem como base a inclusão, em território brasileiro, de falantes de mais de mil línguas indígenas autóctones e aproximadamente duzentas línguas que chegaram com cerca de quatro milhões de africanos a partir do período de colonização, além do português, língua do colonizador.

mudança a partir dos contatos linguísticos entre africanos e portugueses, uma vez que é ela a principal encarregada pelo serviço doméstico e pelo cuidado e criação dos filhos do senhor, assumindo, inclusive, a função de ama-de-leite. Além disso, é ela, na figura da mucama, aquela que serve o senhor com relações sexuais, dando à luz as suas próprias crianças miscigenadas. Esses fatores sócio-históricos são fundamentais para a formação do que Lélia Gonzales (1984) vem a denominar como pretuguês, a língua do/no Brasil, que é ensinada e transmitida pela mulher negra aos seus filhos e aos filhos dos senhores.

No século XVIII, a migração de portugueses, africanos e trabalhadores pobres durante o ciclo do ouro também contribuiu para a difusão do português, com maior assimilação da língua dominante pelos negros escravizados e atenuação da língua geral, fator que propiciou a consolidação do português popular como língua hegemônica no Brasil (Lucchesi, 2009; Faraco, 2016). A circulação do português se intensificou com o surgimento de centros urbanos e, após 1808, com a chegada da corte portuguesa, são instituídos “padrões institucionalizados da cultura e da língua” (Lucchesi, 2009, p. 49) pautados na norma linguística e literária da aristocracia, que era a norma lusitana. A cristalização da norma portuguesa, por sua vez, contribuiu para que o português falado e escrito no Brasil fosse considerado inferior (Leite, 2006).

No começo do século XIX, circulou uma concepção purista de língua que visava preservar o uso clássico do português ao evitar as mudanças específicas da língua falada no Brasil (Leite, 2006). Neste momento, a concepção de língua que circula é a de organismo vivo, que nasce, se desenvolve e morre, assim as mudanças linguísticas são vistas como elementos de corrupção que devem ser evitadas a todo custo, pois promovem a extinção da língua em seu estágio de prestígio. Do mesmo modo, as mudanças do contato de línguas no Brasil que começam a reverberar no português⁵ passam a ser consideradas objetos de deturpação, sendo o português brasileiro considerado uma variedade inferior da língua portuguesa (Toledo, 2020).

Conforme Toledo (2020), nos discursos de autores das letras brasileiras do século XIX é possível verificar uma proposta de qualificação da fala e da escrita do português no território brasileiro a partir de critérios raciais. Desse modo, a ideia da pureza racial também se fez presente nas concepções de língua em determinadas condições de produção, vinculando-se à pureza linguística. Por conseguinte, a mestiçagem, termo empregado na antropologia e nas ciências humanas para definir a mistura de raças, adentra os discursos sobre a língua a partir de uma ideia linguística cuja base se revela nas comparações entre a língua portuguesa e a língua brasileira. Neste momento, com a

⁵ De acordo com Leite (2006, p. 32), o português falado pelos colonizadores no Brasil já apresentava características diferentes do português falado em Portugal no que se refere à prosódia, ao vocabulário e à sintaxe desde o século XVIII. Disso decorre duas normas relativas ao registro culto, “a brasileira, realizada, mas ainda não descrita satisfatoriamente; e a portuguesa, descrita nas gramáticas normativas, mas não efetivamente realizada”.

recente Independência do Brasil em 1822, difunde-se uma ideia romântica de exaltação nacionalista que perpassa a noção de língua nacional e uma reivindicação de individualidade. A concepção de língua como manifestação do pensamento, em vigor neste período, se expande para a ideia de nação. Assim, instaura-se uma contradição acerca da mistura de línguas que tem contribuído para a formação do português brasileiro: ora são defendidas as línguas autóctones para a particularização da língua da nação que acabava de surgir, ora são rejeitadas, mantendo a notoriedade da língua portuguesa em seu lugar.

Tendo em vista que “o comportamento purista revela a postura ideológica, em vigor em cada época, adotada diante da língua” (Leite, 2006, p. 50), é plausível compreender como as concepções de língua como organismo vivo e como expressão do pensamento humano, que vigoravam na época, tornam-se base para a defesa da fala e da escrita do português lusitano em oposição à fala e escrita do português do Brasil. Isso porque este reverbera não só a mistura de línguas, mas também a mistura de raças que sustenta as suas transformações linguísticas (Toledo, 2020). Desse modo, a mestiçagem transparece como entrecruzamento de língua e raça, demonstrando a permanência de sentidos de pureza atribuídos à ideia de unidade linguística, afinal

[...] esses dois tipos de contato – o racial e o linguístico – não poderiam ser dissociados, pois se a expressão do pensamento de um povo era demonstrada na sua produção de língua, o pensamento dos “*mestiços do Brasil*” expressos pela mistura de pronúncias e vocábulos na “língua popular” refletia a *mistura* racial a que foram submetidos pela colonização e, conseqüentemente, demonstrava a *mistura* linguística na fala. Não havia espaço, portanto, para a *unidade* na modalidade oral da língua, mas na modalidade escrita permanecia intacta graças ao trabalho de defesa dos escritores, capazes de revestir a língua de proteções contra as “invasões descabidas da língua popular” (Toledo, 2020, p. 21).

Nesse sentido, posto que a escrita é uma variedade da língua mais estável e regular às mudanças do que a oralidade⁶, a norma portuguesa é que vem a se consolidar com maior ímpeto no português brasileiro escrito, legitimada pelos escritores e pela aristocracia do século XIX. Assim, a concepção de língua como expressão do pensamento humano é utilizada como justificativa para manter, sobretudo na escrita, uma língua que fosse isenta de improbidades e barbarismos, pois, dessa maneira, se atingiria uma boa sociedade e uma próspera nação brasileira (Toledo, 2020, p. 17). Entretanto, é interessante observar que a mistura não assume apenas sentidos disfóricos, na realidade, ela assume sentidos eufóricos ou disfóricos a depender da modalidade, oral ou escrita, e, também, das línguas postas em comparação, uma vez que quando se trata de neologismos derivados do latim para o português a mistura é vista como benéfica e proveitosa (já que retoma uma

⁶ Segundo Faraco (2006, p. 26), há uma espécie de escala progressiva para a inserção de mudanças na língua: primeiramente, as transformações tendem a ocorrer na fala informal de grupos socioeconômicos intermediários, até avançar para a fala informal de grupos socioeconômicos mais altos, alcançando, então, a fala formal, e somente por fim adentrando a escrita.

variedade clássica), enquanto a interferência das línguas originárias e africanas é tida como degeneração em muitos momentos (Toledo, 2020).

Logo, a valoração das variedades da língua se cria por questões sociais, culturais e/ou políticas, adquirindo uma marca de prestígio normalmente aquelas que são utilizadas por grupos privilegiados na estrutura social de poder (Faraco, 2006). Assim, o conceito de pureza teve como primeiro critério a seleção de um uso, e esse critério de escolha não foi linguístico, mas político, baseando-se na variedade usada pela camada social-geográfica de maior prestígio (Leite, 2006, p. 46), nesse caso, intelectuais, burgueses e representantes das letras brasileiras.

Na oralidade, as ações do contato linguístico continuaram o processo contínuo e ininterrupto de mudanças na língua (Faraco, 2006), apesar dos interditos sobre a variedade popular do português do Brasil. Após a abolição da escravidão em 1888 (que não foi imediatamente efetivada), o cenário que se moldou foi de marginalização de escravizados, conjuntura que propiciou a preservação das variedades crioulistas do português na fala desses grupos, processo acentuado pela industrialização e urbanização no século XX e pela imigração europeia e asiática, que contribuíram para a homogeneização da variedade popular.

Nesse sentido, é justamente a realidade plurilinguística do Brasil, intensificada pelo contato entre línguas, e a aquisição do português como segunda língua por aloglotas escravizados que formaram as condições possíveis para a constituição da língua brasileira a partir das variedades do português popular (Faraco, 2016). A recusa dessas variedades pela elite colonial escravocrata, tendo a mestiçagem enquanto uma ideia linguística, dá lugar para a circulação de discursos que estigmatizam o português falado/escrito no Brasil em comparação ao português lusitano, de modo que a mistura de raças, vista como degeneração, também se entranha na concepção sobre a mistura de línguas que formam o português brasileiro (Toledo, 2020). Estes discursos voltam a emergir atualmente no contexto de migrações, evidenciando o preconceito linguístico e de origem que falantes de português brasileiro sofrem em Portugal. Quando direcionados às imigrantes brasileiras, tais discursos se particularizam, incorporando também preconceito de gênero, conforme será discutido a seguir.

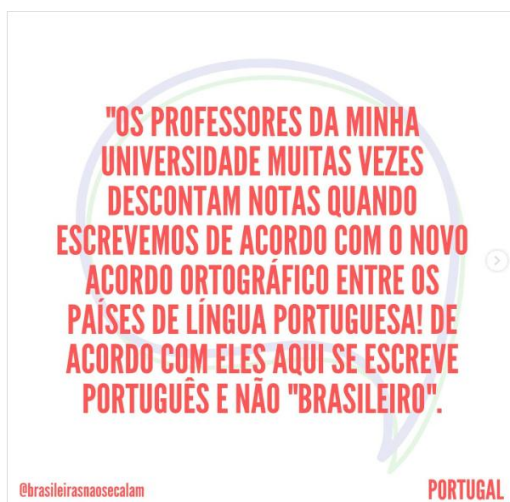
3 Ser imigrante brasileira em Portugal: intersecção entre raça, língua e gênero

Em nossa investigação, nos fundamentamos na arqueogenealogia (Foucault, 2020; 2014) como procedimento de análise. Desse modo, orientamos a análise a partir da descrição dos 40 enunciados selecionados com o intuito de explicitar as suas condições de

produção e as posições-sujeito imbricadas a eles, observando as regularidades enunciativas que os unem em uma formação discursiva (Foucault, 2020). Compreendemos o discurso, portanto, em sua dimensão de acontecimento, e apreendemos o enunciado como um lugar de articulação entre a singularidade e a repetição, uma vez que este, por se tratar de acontecimento, é sempre irrepetível, mas, ao mesmo tempo, evoca e dialoga com outros enunciados, ressignificando já-ditos e ligando-se a uma memória discursiva (Foucault, 2020). É através dessas relações entre individualidade e repetibilidade que nos propomos a encontrar continuidades e descontinuidades de sentidos sobre as categorias *português brasileiro* e *mulher brasileira*.

A partir da descrição dos 28 enunciados que tratam da manifestação linguística das imigrantes brasileiras em sua língua materna, foram encontradas cinco regularidades enunciativas reunidas nos seguintes temas: 1) brasileiras não sabem falar (bem) o português, falam brasileiro; 2) brasileiras precisam aprender a falar português; 3) não entendo brasileiro, entendo apenas português; 4) o português de Portugal é o correto, o melhor, o português de verdade; e 5) o português do Brasil é o errado. Assim, é possível verificar que os enunciados partem sempre da comparação entre o português brasileiro e o português lusitano. No cerne dessa comparação, os sentidos disfóricos são atribuídos ao português falado/escrito no Brasil e os sentidos eufóricos são conferidos ao português falado/escrito em Portugal. Essa atribuição de sentidos se ancora na percepção de separação entre as duas línguas, que fica bem-marcada a partir do uso massivo da palavra “brasileiro” para se referir à língua do Brasil e da palavra “português” para remeter à língua de Portugal. A título de exemplificação, a Figura 1 abaixo demonstra como tais sentidos são produzidos.

Figura 1. Enunciado 1



Fonte: Brasileiras não se calam, perfil do Instagram: @brasileirasnaosecalam. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQmP1JGhfzU/>. Acesso em 05 jan. 2024.

Neste enunciado, há a designação de “brasileiro” e “português” para menção das

línguas. O uso do advérbio “aqui” enfatiza a relação intrínseca entre território (e raça) à língua, nesse caso, reforça o sentido de segmentação entre a língua falada/escrita em Portugal e a língua falada/escrita no Brasil. O Novo Acordo Ortográfico entre os países de língua portuguesa visa a padronização da ortografia da língua e, apesar de ser um tratado internacional, é possível observar que este não é plenamente aceito pelos professores universitários, visto que estes descontam as notas dos estudantes que seguem a norma. Isto é, ainda que haja uma nova norma, inclusive com a tentativa de unificação linguística na escrita, não é esta aquela que é considerada a melhor, a correta. Nesse caso, as modificações motivadas por usos da fala/escrita do Brasil são consideradas erros, haja vista a penalização da nota com a justificativa de que “aqui se escreve português e *não brasileiro*”.

Isso nos confirma que nem tudo pode ser dito em qualquer lugar, e aquilo que pode ser dito é regulado por uma ordem do discurso (Foucault, 2014). Dessa forma, a nota e a interrupção do professor no ambiente acadêmico de ensino, as piadas e/ou repreensões de padrões e colegas de trabalho portugueses às brasileiras, entre outros exemplos, são ferramentas de controle discursivo que qualificam o desempenho linguístico das imigrantes e interditam o seu dizer, determinando qual norma é a correta e qual precisa ser corrigida. Portanto, é o falante português aquele que possui o direito privilegiado do sujeito que fala (Foucault, 2014), pois assume a posição-sujeito de detentor do conhecimento sobre a língua, enquanto a brasileira ocupa a posição-sujeito imigrante, que se atrela à posição de estudante, empregada etc., assumindo papel, muitas vezes, de subalternidade diante da dinâmica de poderes.

Logo, é possível reconhecer que os enunciados reforçam a ideologia de purismo e de norma, associada, sobretudo, à concepção de língua como organismo vivo e como expressão do pensamento. Isso porque as mudanças próprias da língua brasileira são assimiladas como erros, assim as brasileiras são julgadas como aquelas que não sabem falar português e que precisam aprender a falar a língua para serem compreendidas. Do mesmo modo, historicamente as inovações ocorridas no português em território brasileiro foram consideradas erros e estigmatizadas, pois se afastavam do “português correto” advindo da norma portuguesa (Leite, 2006). Os sentidos disfóricos de incorreção, inferioridade, feiura e impureza que circularam nas letras brasileiras no século XIX (Toledo, 2020) também se fazem presentes nestes enunciados, demonstrando a permanência de dizeres que estigmatizam a língua falada/escrita no Brasil quando comparada à língua falada/escrita em Portugal. Isto é, há uma continuidade histórica do imaginário colonial que reforça que a mistura de línguas, assim como a mistura de povos, ocorrida no Brasil, é uma degeneração da língua de origem, pura e avessa à diversidade (Toledo, 2020). Esta intersecção entre língua e raça fica mais clara à luz da Figura 2,

disposta a seguir.

Figura 2. Enunciado 2

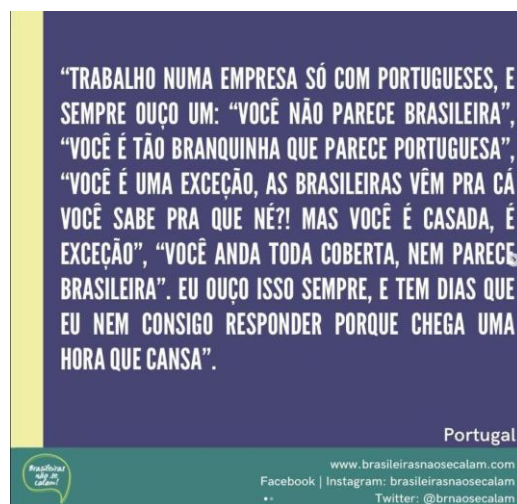


Fonte: Brasileiras não se calam, perfil do Instagram: @brasileirasnaosecalam. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSSa9s5DAKW/>. Acesso em 05 jan. 2024.

Este enunciado evidencia que há uma singularização da imigração brasileira para Portugal dada, principalmente, pela língua: o português brasileiro é uma marca de identificação imediata (Padilla, 2008), fato que se difere de outros países europeus, em que brasileiras(os) podem ser reconhecidas(os) como latinas(os). Neste caso, ao perceber o sotaque brasileiro, a atendente trata mal a imigrante, demonstrando a relação intrínseca entre o preconceito de língua e o preconceito de origem. Entretanto, o “passaporte europeu” é um objeto que dá à imigrante um *status* de cidadã europeia e a afasta, de certo modo, de suas raízes sul-americanas. Isto é, a ideia de língua se relaciona profundamente à ideia de origem e raça, de modo que a estigmatização de uma recai sobre a outra.

A concepção de raça e de origem, por outro lado, também se relaciona intimamente ao gênero, particularizando um imaginário acerca da *mulher brasileira*. Ao descrever os outros 12 enunciados, foram encontradas cinco regularidades enunciativas nos temas: 1) brasileiras emigram para se casar ou se prostituir; 2) brasileiras roubam maridos; 3) brasileiras são vulgares: “putas” ou “prostitutas”; 4) brasileiras “típicas” possuem seios e bunda grandes; e 5) brasileiras não são gente como nós. Assim, os enunciados demonstram a hipersexualização da mulher brasileira, cuja motivação para migração está quase sempre associada à necessidade do homem português, seja para o casamento ou para a prostituição. Além disso, ficou evidente que a estigmatização recai com mais intensidade sobre as brasileiras de pele negra ou mais escura do que sobre as brasileiras de pele branca ou mais clara. Desse modo, são atribuídos à *mulher brasileira* os sentidos disfóricos de vulgaridade e eroticidade, que também são construídos discursivamente a partir da comparação com a ideia de *mulher portuguesa*, conforme Figura 3.

Figura 3. Enunciado 3



Fonte: Brasileiras não se calam, perfil do Instagram: @brasileirasnaosecalam. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CaFYDbwDcRt/>. Acesso em 05 jan. 2024.

Neste enunciado, é possível verificar que os adjetivos “branquinha” e “casada”, associados às portuguesas, recebem uma valoração eufórica. Já as afirmações “as brasileiras vêm pra cá você sabe pra que né?” e “você anda toda coberta, nem parece brasileira” atribuem ao comportamento das imigrantes um sentido sexual, que recebe uma valoração disfórica, uma vez que se opõe à concepção que se tem de mulher portuguesa e de sua sexualidade. Logo, é possível identificar que o imaginário *mulher brasileira* perpassa a visão de mulher solteira, sexualmente disponível e vulgar. A demarcação da cor de pele da imigrante no enunciado enfatiza a racialização sobre a categoria *mulher brasileira*, que se associa à hipersexualização, sendo mais intensificada quando se trata de uma mulher negra ou de pele mais escura⁷.

Muitos enunciados voltam-se para a atribuição de características corporais das mulheres brasileiras, que envolvem imagens de seios e bundas grandes, e de comportamentos sensuais. Em um deles, a imigrante relata que ouviu de um português que ele “adoraria ir para o Brasil e ver várias bundas na praia”⁸, em outro, a brasileira diz que seu professor comentou em sala de aula que “o sonho dele é pegar uma brasileira” pois “são muito quentes”⁹. Dessa forma, esses atributos, cristalizados no imaginário português, são fetichizados e erotizados. Essa imagem retoma discursos veiculados em publicidades turísticas no Brasil e internacionalmente ao longo da história, que se relacionam ao turismo sexual (Gomes, 2013). Assim, o corpo da mulher brasileira, da “mulata”, conforme Gonzales (1984), é visto como “produto de exportação”, algo exótico, associado a países tropicais e à mestiçagem (Gomes, 2018).

⁷ Em um dos enunciados, por exemplo, um senhor diz a uma imigrante brasileira que o seu filho tinha encontrado um “brinquedo novo”, sendo esta a escolha lexical para se referir a uma “mulher brasileira de cor”, ou seja, a *mulher brasileira* é reduzida a objeto sexual. Depoimento disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ctcgv0Pr5J6/>. Acesso em 05 jan. 2024.

⁸ Depoimento disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ctcgv0Pr5J6/>. Acesso em 05 jan. 2024.

⁹ Depoimento disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVnXhXmpGFm/>. Acesso em 05 jan. 2024.

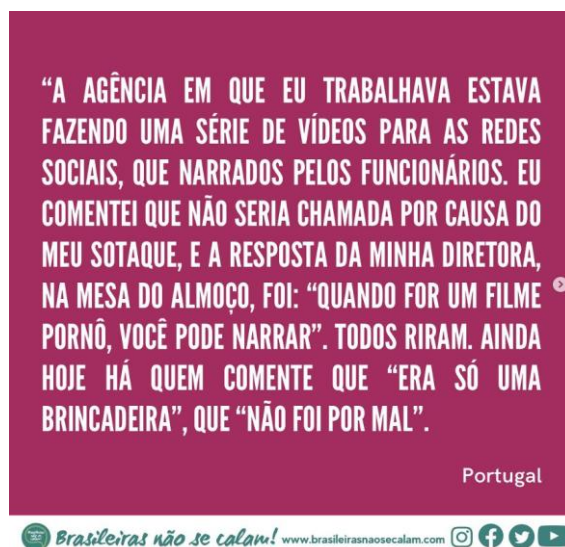
Assim como ocorre com os enunciados que se propõem a dizer sobre o português brasileiro, a concepção *mulher brasileira* é discursivamente construída a partir da comparação com a variedade portuguesa. No entanto, sua particularidade reside, sobretudo, na categoria sexualidade. Desse modo, enquanto são atribuídos à *mulher brasileira* os adjetivos vulgar, puta, prostituta e “rouba marido”, que recebem uma valoração pejorativa, a *mulher portuguesa* é associada aos sentidos eufóricos de castidade e integridade, expostos nas figuras de esposa e mãe. Dessa maneira, é possível observar que há uma ressignificação de já-ditos sobre a mulher no contexto de migrações, que reproduzem a “dicotomia entre mulheres das colônias e mulheres das metrópoles europeias, compartilhando a ordem de saber-poder colonial, que intersecciona raça, gênero e sexualidade, para dividir as mulheres em ‘Evas’ e ‘Marias’” (Gomes, 2018, p. 417). Logo, nota-se um imaginário de imigrante brasileira como mulher sexualmente disponível para os homens portugueses e como uma ameaça moral à sociedade (Gomes, 2018).

Sendo assim, a imigrante brasileira é tida como intrusa em Portugal por não ser *gente* como os portugueses¹⁰, ou melhor, como as mulheres portuguesas. A escolha do vocábulo “gente” é interessante, justamente porque retoma o pensamento dicotômico colonial que divide colonos e colonizados às respectivas categorias de humano e não humano. Em contrapartida, como observado na Figura 3, quando se aproxima da concepção de *mulher portuguesa* que circula em Portugal, afastando-se da sua origem animalizada e “sexualmente incontrolável” (Lugones, 2014), ela é validada por “não parecer brasileira”.

A ordem de saber-poder colonial não só intersecciona as concepções de raça, gênero e sexualidade, mas também as percepções sobre a língua, como é possível verificar nas Figuras 4 e 5 dispostas abaixo.

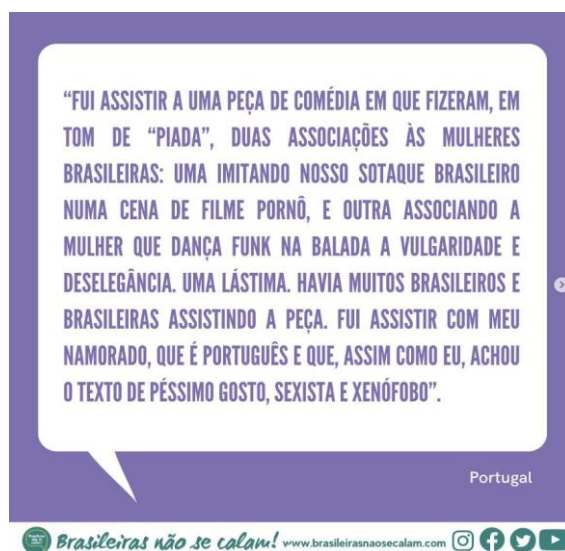
¹⁰ Em um dos enunciados analisados, uma imigrante brasileira relata ter sofrido xenofobia por uma vizinha, que a disse frases como “volte para a sua terra” e “você não é gente como nós”. Depoimento disponível em: <https://www.instagram.com/p/Car5DqOrCF4/>. Acesso em 05 jan. 2024.

Figura 4. Enunciado 4



Fonte: Brasileiras não se calam, perfil do Instagram: @brasileirasnaosecalam. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkHKvSujZRk/>. Acesso em 05 jan. 2024

Figura 5. Enunciado 5



Fonte Figura 5: Brasileiras não se calam, perfil do Instagram: @brasileirasnaosecalam. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ckt0JOjrzi-/>. Acesso em 05 jan. 2024.

Mariana Gomes (2018, p. 431) ressalta brevemente, em sua pesquisa, que as brasileiras relatam sofrer preconceito e assédio sexual pelo modo como falam a língua portuguesa em Portugal, que é considerada doce e sensual. Nos enunciados recortados acima, também é possível verificar que o português brasileiro é julgado pelos portugueses como uma condição de disponibilidade sexual, uma vez que associam o falar das brasileiras à narração de filmes pornôs e à vulgaridade. Assim, se a *mulher brasileira* é vulgar, logo a sua língua também o é, demonstrando que língua, corpo, gênero e raça estão intimamente relacionados ao olhar colonial e patriarcal em Portugal. A norma, portanto, atravessa tanto a língua quanto o corpo: se as marcas do português brasileiro devem ser apagadas e este deve ser adequado à norma portuguesa, o corpo também deve ser regido

o quanto for possível ao comportamento idealizado da mulher portuguesa para que seja aceito.

Dessa maneira, a mestiçagem torna-se característica central dos discursos sobre o *português brasileiro* e sobre a *mulher brasileira*. A mestiçagem da qual o povo brasileiro é constituído é tida como degeneração e símbolo de inferioridade. No século XIX, a ideia de mestiçagem adentra os discursos sobre a língua falada/escrita no Brasil, cujas inovações surgidas do contato do português com as línguas africanas e indígenas, principalmente, são estigmatizadas como erros de português, tendo a norma portuguesa como norma hegemônica (Toledo, 2020; Leite, 2006). Algo semelhante ocorre com a concepção sobre a mulher colonizada, que é animalizada e instituída como “corpo colonial”, disponível para servir o colonizador português, de quem é posse (Gomes, 2013; 2018; Lugones, 2014). À vista disso, da mesma forma que a pureza é buscada na língua, em diferentes momentos da história, também é imposta ao corpo, sobretudo o da mulher, cuja sexualidade é sempre controlada. Assim, a mestiçagem da qual faz parte a mulher brasileira associa-se a um olhar hipersexualizado e racializado que a reduz a objeto sexual, uma vez que a ela é atribuído o sentido disfórico de impureza.

Na contemporaneidade, apesar dos avanços nos estudos linguísticos e sociais, em que já está cristalizado que não há línguas boas ou ruins, puras ou impuras, e que o conceito de raça não é mais admitido para a hierarquização dos povos, ainda assim verificamos que tais discursos estão socialmente enraizados, pois se atualizam e voltam a emergir, conforme apontam os depoimentos de imigrantes brasileiras em Portugal. Com isso, podemos afirmar que ser imigrante brasileira em Portugal é estar inserida em um imaginário que evoca sentidos disfóricos à concepção de mulher brasileira e ao modo como ela utiliza a sua língua materna, baseado em um saber-poder colonial (Gomes, 2013; 2018). Isto é, há uma continuidade histórica de sentidos que estigmatizam a *mulher brasileira* e o *português brasileiro*.

Contudo, é pertinente apontar que há descontinuidades a esses discursos observadas sobretudo na existência e nomeação do perfil da rede social “Brasileiras não se calam”. Ou seja, as imigrantes brasileiras não estão passivas quanto aos discursos que se propõem a dizer sobre elas: nota-se um caráter de denúncia ao preconceito linguístico, de origem e de gênero a que são comumente submetidas. Essa resistência se torna evidente nos próprios relatos, quando constantemente evidenciam um sentimento de revolta diante das situações sofridas.

Essa resistência está atrelada aos modos de subjetivação e ao agenciamento das brasileiras nas condições em que estão inseridas (Gomes, 2013; Piscitelli, 2008). Embora seja possível identificar, nos enunciados analisados, a resistência passiva, como no Enunciado 2, em que o “passaporte europeu” denota uma aproximação da portugalidade

e conseqüente afastamento da brasilidade, as resistências afirmativa e combativa são predominantes, uma vez que vemos a exaltação da brasilidade como resistência ao discurso hegemônico e ainda a negação desse discurso e a sua desconstrução, sobretudo quando se trata do imaginário de disponibilidade sexual. Quanto à questão linguística, notamos um movimento semelhante em relação à designação da língua falada/escrita no Brasil: verificamos tanto a justificativa do uso “língua portuguesa” ou “português” para nomeação de ambas as línguas, quanto o enaltecimento do português brasileiro em comparação ao português europeu, que se materializa na defesa de nomeação da língua como “brasileiro” ou como “português brasileiro/português do Brasil”, léxicos que evocam o sentido separação e de redefinição identitária.

Considerações finais

Diante de nossa análise, compreendemos que as representações da imigrante brasileira em Portugal envolvem um discurso hegemônico marcado pela colonialidade que intersecta raça, gênero e língua. A categoria “raça”, portanto, incide tanto sobre a concepção da língua falada/escrita no Brasil quanto sobre a concepção de *mulher brasileira*. Esta categoria foi a principal característica da colonização, dividindo as diversas etnias em raças, que foram hierarquizadas: os povos das metrópoles foram considerados civilizados, logo humanos, enquanto os povos da colônia foram considerados bárbaros, não humanos (Lugones, 2014). Assim, a colonização e a subjugação desses povos à escravização foram justificadas como um processo civilizatório, de salvação e de evolução. Embora não mais aceita no âmbito científico, esta concepção de raça ainda persiste nos discursos que evidenciam uma mentalidade colonial, como os analisados neste trabalho. A permanência dessa categoria é uma “reconstrução do saber-poder colonial”, entendida como colonialidade (Gomes, 2013; 2018). Logo, ao observar os discursos sobre a *mulher brasileira*, engendram-se como estruturas de poder a colonialidade, o racismo e o sexismo (Gomes, 2013), reverberados também nos discursos sobre a língua falada por essas mulheres, o português brasileiro.

Não há enunciado que não suponha outros (Foucault, 2020), portanto, buscando “desfazer os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas” (Foucault, 2020, p. 59-60), observamos que nas dispersões de acontecimentos na história, os enunciados que dizem respeito à *mulher brasileira* e ao *português brasileiro* recuperam uma memória discursiva, evocada por um imaginário colonial, que aponta sentidos disfóricos e estigmatiza as duas categorias. Isso demonstra que os preconceitos linguístico e de gênero atravessam a discriminação de raça e de origem, marcando a experiência da imigrante brasileira em Portugal. Assim, a mestiçagem configura-se um ponto central das

representações da imigrante brasileira em Portugal, pois da mesma forma que esta é apreendida como degeneração e inferiorização de raças, levando a mulher brasileira à visão de “corpo colonial”, disponível sexualmente ao homem português, também perpassa os discursos sobre o português brasileiro, ao qual são atribuídos os sentidos disfóricos de incorreção, feiura e impureza.

Representations of Brazilian immigrant women in Portugal: intersections of race, gender and language

Abstract

This work aims to discursively analyze the representations of Brazilian immigrants in Portugal and how they use their native language. Studies on the stereotype of Brazilian women in Portugal highlight a process of racialization, sexualization, and exoticization, leading to the perception of a “colonial body” (Gomes, 2013; 2018). Historically, Brazilian Portuguese has been compared to European Portuguese, often framed within the parameters of “good” and “bad” Portuguese, with Brazilian Portuguese frequently stigmatized (Toledo, 2020). Utilizing the archeogenealogical method proposed by Michel Foucault (2020; 2014), this study investigates selected statements for enunciative regularities within the historical continuities and discontinuities that convey euphoric and/or dysphoric meanings attributed to the terms Brazilian woman and Brazilian Portuguese in the testimonials of Brazilian immigrants online. The findings reveal enunciative regularities that indicate the persistence of stigmatizing narratives about both Brazilian Portuguese and the conception of the Brazilian woman, tied to a colonial imaginary that intersects race, gender and language. In this context, mestizaje (racial mixing) becomes a central theme in these discourses: it is simultaneously viewed as a degeneration of the Brazilian people, imposing a “colonial body” and sexual availability on Brazilian women, and linked to perceptions of Brazilian Portuguese, which, resulting from the mix of Portuguese, Indigenous, and African languages, is associated with incorrectness and impurity.

Keywords: Brazilian woman. Brazilian portuguese. Race. Gender. Language

Referências

ASSIS, Gláucia Vieira; SIQUEIRA, Sueli. Entre o Brasil e a Europa: brasileiras negociando gênero e raça nas representações sobre “a mulher brasileira”. *Cadernos pagu*, [s.l.], v. 63, 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/18094449202100630006>. Acesso em 06 nov. 2023.

ASSUMPÇÃO, Ana Paula Vieira de Andrade; ERNST, Aracy Graça; MARTINS, Luciane Botelho. O que os homens estrangeiros veem, as mulheres brasileiras sentem: discurso, memória, corpo e identidade. *Revista do programa de pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 97-112, jan./jun. 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.5335/rdes.v12i1.5871>. Acesso em 06 nov. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos. *Comunidades brasileiras no exterior: ano-base 2022*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>. Acesso em 06 nov. 2023.

BRASILEIRAS NÃO SE CALAM. Lisboa: 30 de maio de 2020. Instagram: @brasileirasnaosecalam. Disponível em: <https://www.instagram.com/brasileirasnaosecalam/>. Acesso em 06 nov de 2023.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história*

das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24 ed. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

GOMES, Mariana Selister. O imaginário social <mulher brasileira> em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 867-900, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400005>. Acesso em 06 dez. 2023.

GOMES, Mariana Selister. Gênero, colonialidade e migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a “Brasileira Imigrante” em Portugal. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 38, p. 404-439, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n38p404/>. Acesso em 06 dez. 2023.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. *In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 41-71. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/p5/pdf/lucchesi-9788523208752.pdf>. Acesso em 26 dez. 2023.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014, p. 935-951.

PADILLA, Beatriz. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. *In: MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.). Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I. P.), p. 113-134, 2007.

PADILLA, Beatriz. Brasileiras em Portugal: de la transformación de las diversas identidades a la exotización. *Amérique Latine Histoire et Mémoire*. Les Cahiers ALHIM, v. 14, 2008. DOI <https://doi.org/10.4000/alhim.2022>. Acesso em 11 dez. 2023.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008, p. 263-274. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>. Acesso em 16 out. 2024.

PONTES, Luciana. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos pagu*, [s.l.], v. 23, p. 229-256, jul./dez. 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200008>. Acesso em 06 nov. 2023.

TOLEDO, Allice. A língua e a raça: a mestiçagem como uma ideia linguística das letras brasileiras do século XIX. *Revista da Abralin*, v. 19, n. 1, p. 1-25, 2020.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. *Revista Ártemis*, [s. l.], n. 3, 2005.